

15

06 MAI 1992

Um tiro de canhão na inflação — só com ampla reforma econômica

Igor Cornelsen *

Vivemos épocas de incertezas na economia. A redução dos índices inflacionários, possivelmente pela nova safra agrícola, pela alta taxa de juro, pela redução geral de salários e pela redução real do valor das tarifas públicas, está com seus dias contados.

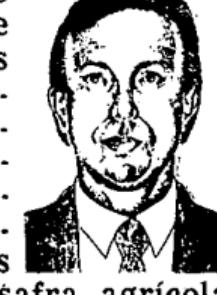
Existe déficit público e a expansão dos agregados monetários mais amplos é muito alta. O governo federal começa a perder a batalha da credibilidade de sua política econômica antiinflacionária.

Só há uma forma de se reverter as expectativas — uma ampla reforma econômica a ser aprovada no Congresso —, pois o que se fez até agora está aquém das reformas implementadas na grande maioria dos outros países latino-americanos e o Brasil tem hoje a maior inflação e o pior modelo econômico entre os demais países relevantes da região.

Mas, como aprovar essas reformas num Congresso dominado por representantes de corporações e fragmentado em partidos políticos interessados a trocar votos por cargos e por verbas a cada votação no Congresso?

Não é assim tão impossível quanto parece. O governo federal aplica uma quantia fantástica de recursos em obras públicas através do orçamento federal, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Telebrás e da Eletrobrás. Esses recursos acabam nos cofres das empreiteiras de obras públicas, que, num ano de eleições, formam o mais competente e poderoso "lobby" no Congresso Nacional.

Não seria difícil o gover-



no federal usar este poderoso "lobby", desta vez em benefício da Nação.

Se o presidente convocasse os donos das cinqüenta maiores empreiteiras de obras públicas e fornecedores das grandes estatais e os 26 governadores de estado para uma reunião em Brasília e os mostrasse o nível de deterioração das contas federais e os informasse que se em três meses não houvesse aprovação no Congresso das necessárias reformas econômicas, de tal modo que o déficit público fosse definitivamente eliminado, o governo federal seria forçado a, entre outras obras, paralisar a construção da Linha Vermelha, do metrô de Brasília, dos programas de saneamento, como o "esgotamento do Acre", a construção de plataformas da Petrobrás, bem como de oleodutos e reformas em refinarias, as hidrelétricas de Xingó e Itá, as termelétricas da Eletrosul e da Eletrobrás, dos CIAC, as expansões das subsidiárias da Telebrás e a construção de hospitais, etc., a fim de evitar que a inflação venha a se acelerar novamente.

Dessa reunião teríamos dois subprodutos: o primeiro seria a credibilidade do programa econômico de combate à inflação. Ninguém mais duvidaria da seriedade do governo em atingir níveis civilizados de inflação em 1993, e a confiança no programa faria com que a velocidade de queda da inflação se acelerasse. O outro subproduto seria o consenso na aprovação da reforma econômica, pois caso contrário a recessão seria insuportável, principalmente para o mais poderoso "lobby" no Congresso Nacional, o das grandes empreiteiras e fornecedores do governo, que se encarregaria junto com os governadores em ajudar a fazer o "consenso" no Congresso.

Seria um tiro de canhão na inflação.

* Diretor do WestLB Limited.